

O CNJ
E A ADMINISTRAÇÃO DA
JUSTIÇA BRASILEIRA

MIRELLE FERNANDES SOARES

Copyright © 2017, D'Plácido Editora.
Copyright © 2017, Mirelle Fernandes Soares.

Editor Chefe
Plácido Arraes

Produtor Editorial
Tales Leon de Marco

Capa, projeto gráfico
Leticia Robini

Diagramação
Bárbara Rodrigues da Silva

Editora D'Plácido
Av. Brasil, 1843, Savassi
Belo Horizonte – MG
Tel.: 31 3261 2801
CEP 30140-007



WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Todos os direitos reservados.
Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida,
por quaisquer meios, sem a autorização prévia
do Grupo D'Plácido.

Catálogo na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica

SOARES, Mirelle Fernandes.

O CNJ e a administração da justiça brasileira - Belo Horizonte: Editora
D'Plácido, 2017.

Bibliografia.

ISBN: 978-85-8425-728-7

1. Direito 2. Direito Constitucional I. Título.

CDU342

CDU341.2

GRUPO
D'PLÁCIDO



*
Rodapé



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	17
1. INTRODUÇÃO	23
2. A CRISE DO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO	29
2.1. Contextualização da crise do Poder Judiciário brasileiro na atualidade	29
2.2. Panorama dos problemas do Poder Judiciário desde o Brasil Colônia à República	33
2.3. Fatores de intensificação e desdobramentos da crise do Judiciário	42
2.4. Considerações sobre a crise do Poder Judiciário	52
3. INSTRUMENTOS E PROPOSIÇÕES PARA A SUPERAÇÃO DA CRISE DO JUDICIÁRIO BRASILEIRO	57
3.1. Superação da crise do Judiciário na concepção liberal	58
3.1.1. Instrumentalização da estrutura do Judiciário como forma de superar os problemas dessa instituição	58
3.1.1.1 Reforma da Lei de Responsabilidade Fiscal	59
3.1.1.2 Reformas processuais: medidas para superar a morosidade e o congestionamento nos tribunais	61
3.2. Superação da crise do Judiciário na concepção sociológica	64
3.2.1. Aspectos funcionais do Poder Judiciário	64

3.2.2. Aspectos estruturais do Poder Judiciário	66
3.2.3 Aspectos de cultura institucional	70
3.3. Superação da crise do Judiciário na concepção administrativa ou neoliberal	74
3.3.1. Valores orientadores à atividade judicante na compreensão econômica administrativa ou neoliberal.	75
3.3.2. Diretrizes do Banco Mundial para os Judiciários dos países latino-americanos e caribenhos: Relatório Técnico nº 319 S	77
3.3.3. Instituição do gerencialismo empresarial no Judiciário: administrador judicial	80
3.4. Considerações	82
4. ESTADO CONSTITUCIONAL DEMOCRÁTICO DE DIREITO: PARADIGMAS, FUNÇÕES DO PODER JUDICIÁRIO E A REALIZAÇÃO DA JUSTIÇA	89
4.1. A função política e social do Poder Judiciário nos paradigmas dos Estados Liberal e Social	89
4.2. O Judiciário no paradigma do Estado Constitucional Democrático de Direito	95
4.3. O Judiciário como efetivador dos direitos fundamentais (sociais)	104
4.4. Funções do Judiciário no Estado Constitucional Democrático de Direito brasileiro	107
4.5. Modelos de Judiciário da América Latina e Brasil	111
4.6. Considerações	113
5. ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA NA VISÃO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA: PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO PODER JUDICIÁRIO NACIONAL	119
5.1. A Emenda Constitucional nº 45 de 2004 – A Reforma do Judiciário brasileiro com a criação do CNJ	122
5.1.1. A criação do Conselho Nacional de Justiça	125
5.1.2 Atribuições do Conselho Nacional de Justiça	128
5.2. Planejamento Estratégico do Poder Judiciário Nacional	131

5.2.1 Aspectos da Resolução do CNJ nº 70 de 2009: Planejamento Estratégico do Judiciário Nacional.....	134
5.2.2. Metodologia Balanced Scorecard.....	139
5.2.2.1. Adaptação do BSC para o setor público – Judiciário.....	142
5.2.2.2 Elementos que integram o Balanced Scorecard	146
5.3. Pontos polêmicos e considerações	150
6. ANÁLISE DOS IMPACTOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NO PODER JUDICIÁRIO NACIONAL, NO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO E NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS.....	161
6.1. Temas estratégicos, objetivos estratégicos (scorecards), indicadores e metas do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário Nacional	163
6.1.1 Análise da existência de proporcionalidade entre as metas pertinentes a cada tema estratégico estabelecido pelo Planejamento Estratégico do Judiciário nacional	172
6.2. Relatório “Justiça em Números”: Análise do Judiciário Nacional, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais e do Tribunal Regional do Trabalho da 3º Região quanto à litigiosidade, carga de trabalho e taxa de congestionamento	189
6.3. Considerações	209
CONSIDERAÇÕES FINAIS	219
REFERÊNCIAS	225
ANEXOS	241
ANEXO A – RESOLUÇÃO Nº 70/2009 – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO PODER JUDICIÁRIO.....	241
ANEXO B - ESTRATÉGIA DO PODER JUDICIÁRIO NACIONAL.....	247
ANEXO C - INDICADORES DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO PODER JUDICIÁRIO.....	269

APÊNDICE A - PALESTRA PROFERIDA POR RUBENS CURADO DA SILVEIRA NO I SEMINÁRIO SOBRE ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA, REALIZADO PELO PRUNART NA FACULDADE DE DIREITO DA UFMG, EM 13/03/13.....	287
APÊNDICE B - ENTREVISTA, VIA TELECONFERÊNCIA, COM O DR. RUBENS CURADO DA SILVEIRA	325